

O STATUS DA PSICOLOGIA NOS PRIMEIROS ESCRITOS DE MICHEL FOUCAULT

Raphael Thomas Ferreira Mendes Pegden¹
Arthur Arruda Leal Ferreira²

Resumo: Pretendemos no presente artigo esclarecer o sentido da crítica efetuada por Michel Foucault na obra de 1961, *Historie de la folie*, em relação à psicologia. Para tal, partiremos de uma análise do projeto de 1954, *Maladie mentale et personnalité*, para compreender o percurso da argumentação que teria conduzido o filósofo à crítica que inaugura a fase arqueológica na década de 1960. Acreditamos que, se inicialmente Foucault acreditava ser necessário, em *Maladie mentale et personnalité*, conciliar as contradições metodológicas da psicologia num projeto unificado; depois, em *Historie de la folie*, no lugar de uma conciliação, as contradições passariam a representar a própria condição de existência da psicologia, forma de saber moderna na qual o homem é convidado a refletir sobre si aprofundando-se no jogo de contradição por meio da qual tem-se a verdade interiorizada.

Palavras-chave: *Maladie mentale et personnalité*, *Historie de la folie*, psicologia, homem e verdade.

Abstract: In this article we intend to clarify the meaning of the criticism in relation to psychology made by Michel Foucault in the 1961 work, *Historie de la folie*. Considering this purpose, we will start from an analysis of the 1954 project, *Maladie mentale et personnalité*, to understand the mainlines of the argument that would have conducted the philosopher to the criticism that marked the archeological phase in the 1960s. We believe that under this criticism there is a strong contrast: if Foucault in *Maladie mentale et personnalité* believed that was necessary to reconcile the methodological contradictions of psychology in a unified project; later, in *Historie de la folie*, he sustained that contradictions would come to represent the very condition of the existence of psychology. In this sense, psychology is a modern form of knowledge in which man is invited to reflect on himself by deepening the game of contradiction through of which anthropological truth is internalized.

Key-word: *Maladie mentale et personnalité*, *Historie de la folie*, psychology, man and truth.

¹Bacharel em Psicologia pela UFRJ. Mestrando em Filosofia pela UFRJ. rpegden@gmail.com

²Professor Titular no Departamento de Psicologia da UFRJ. arleal1984@gmail.com

Introdução

No presente artigo pretendemos analisar brevemente o modo pelo qual o filósofo Michel Foucault formula seu entendimento sobre a loucura tal como aparece na sua célebre obra, *Historie de la folie*, de 1961. Para tal, iremos analisar o percurso desenvolvido pelo seu pensamento desde sua primeira publicação *Maladie mentale et personnalité* de 1954 até a referida obra que marca o início da fase arqueológica propriamente.

O pequeno livro de 1954 apresenta um tom curioso que diverge da argumentação comumente atribuída ao filósofo. Levando-se em consideração o contexto e a peculiaridade da obra, buscaremos considerar o modo pelo qual Foucault compreendeu as relações traçadas entre psicologia e ciência em 1954 e compará-las às formulações posteriores. Pretendemos destacar ao longo deste trajeto um movimento que tornaria possível compreender algumas das suas teses centrais acerca da psicologia, a saber, a expressão desse campo de saber como objetivação de uma verdade antropológica.

Num primeiro momento, pretendemos apresentar o contexto de *Maladie mentale et personnalité* juntamente com seus argumentos. Pretendemos notar ao longo do texto uma argumentação comprometida com o ideal de fundamentação científica da psicologia. Afinal, em 1954, a proposta sustentada em *Maladie mentale et personnalité* era a de realização de uma psicologia eminentemente científica. Tal proposta, conforme veremos, dialoga com alguns projetos epistemológicos e clínicos da época.

Contudo, na virada da década de 1950 para 1960, notamos uma mudança de tom significativa. A proposta de fundamentação da psicologia esboçada em 1954 cede lugar à crítica efetuada em *Historie de la folie*. Sob quais aspectos podemos compreender essa ruptura? Qual o sentido dela para a compreensão do entendimento que Foucault formula sobre a psicologia? Para responder a essas perguntas, buscaremos refletir brevemente sobre os dois artigos de 1957 (*La recherche scientifique et la psychologie* e *La Psychologie de 1850 à 1950*) juntamente com a obra de 1961.

A fundamentação da psicologia e o projeto de *Maladie mentale et personnalité*:

Em 1954, Foucault publicou seu primeiro livro, *Maladie mentale et personnalité*. Tratava-se de uma pequena obra produzida sob encomenda do partido Comunista Francês e que trazia consigo a proposta de fundamentar uma psicopatologia eminentemente científica. Para tal era preciso superar as velhas dicotomias inscritas no campo dos saberes psi's, como

as oposições metodológicas existentes entre as abordagens de carácter organicista e mentalista. A recusa de Foucault em relação a essas duas perspectivas se justificava principalmente pelo privilégio prestado ao objeto da psicopatologia mental. Tratava-se do objeto “doença mental”. A psicopatologia deveriam ser abordada, segundo o filósofo, a partir de um método original que fosse capaz de conservar suas especificidades no âmbito da personalidade humana. O privilégio prestado a essa questão se justificava pela possibilidade de afirmação científica do conhecimento psicológico.

Contudo, para que esse projeto pudesse vir a se realizar, duas questões eram necessárias: por um lado era urgente à Foucault que os métodos psicopatológicos pudessem se libertar dos preconceitos naturalistas herdados das abordagens organicistas; mas, por outro lado, era necessário abdicar de todas as categorias abstratas (e de cunho metafísico) afirmadas pelas abordagens mentalistas. Isto é, a direção apontada por Foucault em 1954 consistia elaborar um método científico fundado na experiência empírica e livre de concepções filosóficas. Nas suas palavras do autor:

Podemos perguntar-nos se a confusão [na patologia mental] não provém do fato de que se dá o mesmo sentido às noções de doença, de sintoma, de etiologia nas patologias mental e orgânica. Se parece tão difícil definir a doença e a saúde psicológicas, não é porque se tenta em vão aplicar-lhes maciçamente conceitos destinados igualmente à medicina somática? (FOUCAULT, 1954, p.1-2).

Podemos observar que a possibilidade de fundamentação científica da psicologia se apresentava assim sob um viés metodológico. Pois aplicando-se um método coerente ao objeto científico, seria possível elucidar um conhecimento sobre a estrutura da personalidade humana, tanto na forma patológica quanto na salutar. Contudo, nesse aspecto, as reflexões de Foucault não eram completamente inéditas; elas se inscreviam, antes, numa tradição de pensamento que pode ser remetida aos projetos de psicologia elaborados por pensadores como, por exemplo, Politzer e Lagache alguns anos antes.

Em 1928, Politzer havia publicado *Critique du fondement de la psychologie* (Crítica dos fundamentos da Psicologia), livro no qual discutia a possibilidade de fundamentação científica da disciplina. As ressonâncias teóricas presentes na argumentação indicavam a posição assumida pelo autor diante da conjuntura científica da época: por um lado Politzer argumentava a importância do impacto da psicanálise freudiana no desenvolvimento da psicologia e por outro, apontava a necessidade de elaboração de uma psicologia desvincilhada dos preconceitos derivados da tradição filosófica metafísica (compreendida como “ciência da alma”) e dos preconceitos fisicalistas (que buscavam, à maneira de Wundt, reduzir os estudos

da psicologia às relações quantitativas num modelo introspeccionista). Tal como Foucault em *Maladie mentale et personnalité*, Politzer também argumentava que uma psicologia científica deveria afirmar-se como “psicologia concreta”, indicando simultaneamente uma influência materialista e uma recusa às categorias abstratas.

Para o autor de *Critique du fondement de la psychologie*, a grande dificuldade enfrentada pela psicologia dizia respeito às contradições epistemológicas nas correntes de psicologia. Tal disposição dispersava sua unidade científica numa miríade de projetos excludentes entre si. Nas palavras de Politzer, na introdução do livro:

Não é porque a psicologia esteja de posse de resultados fecundos e positivos que só se pode duvidar negando o próprio espírito científico: sabe-se que, por um lado, só existem, no momento, pesquisas “perdidas” e, por outro, promessas, e que tudo está ainda na expectativa de um misterioso aperfeiçoamento que o futuro deve trazer-nos generosamente. Não há, tampouco, pelo menos a respeito do que já se fez, um acordo unânime entre os psicólogos, acordo que pode desencorajar de saída os “energúmenos”: sabe-se que a história da psicologia, nestes últimos cinquenta anos, não é senão uma epopéia de desilusões e que, ainda hoje, novos programas são lançados a cada dia para fixar as esperanças tornadas disponíveis. (POLITZER, 1998, p. 37)

No modo como era apresentada, a crítica consistia em afirmar que a psicologia do início do século XX não teria conseguido se desvencilhar da tradição metafísica da psicologia racional clássica herdada desde Descartes. Suas contradições seriam decorrentes dos preconceitos que permaneciam implícitos nas suas teorias. Nas palavras de Politzer:

...todas as psicologias “científicas” que se sucederam desde Wundt não passam de disfarces da psicologia clássica. A diversidade de tendências só representa os sucessivos renascimentos dessa ilusão que consiste em crer que a ciência pode salvar a escolástica. Pois, em todos os fatos, fisiológicos ou biológicos, de que se apossaram, os psicólogos só procuraram isso. É também o que explica a impotência do método científico nas mãos dos psicólogos. (POLITZER, 1998, p.37)

Assim, a questão sobre o estatuto científico da psicologia também seria de ordem metodológica; ela deveria se referir à possibilidade de um método livre das especulações filosóficas. Apesar de o autor fazer suas reflexões partirem de um balanço geral do desenvolvimento da época, comparando as três principais correntes (o behaviorismo, o gestaltismo e a psicanálise), Politzer não deixa de esconder sua preferência por esta última. A psicanálise, comparada com as outras duas, seria o projeto mais próximo daquilo necessário para a afirmação de uma unidade científica. Cabia então ao autor “libertar a psicanálise dos preconceitos comuns a partidários e adversários e procurar sua verdadeira inspiração” para então obter as “indicações importantes sobre a psicologia futura” (POLITZER, 1998, p.12).

Se por um lado a crítica de Politzer sinalizava as polêmicas científicas que compunham o cenário da psicologia até o final dos anos de 1920, sua obra também refletia a influência crescente da psicanálise na França.

Outra produção importante foi o pequeno livro de Daniel Lagache, *L'unité de la psychologie* (A unidade da psicologia), publicado em 1949. O texto foi editado com base no discurso proferido em Sorbonne, ocasião na qual Lagache buscou sublinhar a pluralidade das teorias psicológicas em detrimento da possibilidade de uma unificação epistemológica. Ou seja, tratava-se da mesma preocupação que ocupara a crítica de Politzer alguns anos antes. Entretanto, diferentemente do pensamento de seu predecessor, Lagache não buscou organizar a constelação psicológica nos três eixos propostos em *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Citando Claparède, o autor introduzia a polêmica:

Houve a psicologia de 1925, e houve as de 1930. Conheceis o behaviorismo, a reflexologia, a psicologia dinâmica, a psicanálise, a psicologia racional, hórnic, etc. São recolhas muito interessantes, mas que provam sobretudo que a nossa ciência está muito atrasada! Não há várias físicas nem várias químicas. Do mesmo modo há de haver uma só psicologia. (CLAPARÈDE apud. LAGACHE, 1988, p.25)

As palavras de Claparède sintetizam a tese central de Lagache: era preciso reduzir a pluralidade de projetos psicológicos a um denominador comum. Partindo-se da dificuldade em encontrar uma definição satisfatória para a psicologia, Lagache buscou situar seu argumento numa comparação entre aquilo que poderia ser compreendido como psicologia de orientação naturalista, por um lado, e psicologia de orientação humanista, por outro. “Perguntamo-nos, pois quais eram, entre 1930 e 1940, as preocupações epistemológicas e doutrinárias dos psicólogos que tentavam refletir sobre a sua ciência. Podemos resumi-las no dilema seguinte: ciência da natureza ou ciência do homem.” (LAGACHE, 1988, p. 26). Para Lagache, o que justificava a organização da psicologia nesses dois blocos se dava pela escolha dos objetos, dos métodos, dos pressupostos, dos postulados, etc. Assim, se as psicologias naturalistas tomavam por objeto o organismo; as humanistas ocupavam-se do inconsciente, do ser no mundo, da personalidade, etc. Se as psicologias naturalistas tinham por método a estatística, a biologia, a fisiologia; as psicologias humanistas partiam suas análises de uma hermenêutica, de uma prática interpretativa, de um método compreensivo, etc. Contudo, as psicologias estariam em vias de unificação através do seu próprio exercício prático. Isto é, a unidade dos projetos psicológicos deveria se afirmar como teoria geral da conduta, mediante a síntese entre prática experimental e clínica.

Da mesma forma que no campo teórico as psicologias poderiam ser divididas nas vertentes naturalistas e humanistas; na prática, a tendência, segundo o psicanalista francês, seria uma adequação das atividades experimentais (como a psicometria, aplicação de testes, etc.) às intervenções clínicas (tendo por paradigma a psicanálise). A partir de uma minuciosa reflexão sobre os métodos de aplicação experimentais e clínicos, Lagache sustentava que toda psicologia teria por objeto a “ciência da conduta”, de modo que no seio desta existira “um acordo notável entre a interpretação da conduta à luz do estudo experimental e da aprendizagem e segundo a psicanálise” (LAGACHE 1988, p.70). Afinal, segundo o autor, se atentarmos para o “exame dos princípios segundo os quais a psicologia experimental e a psicologia clínica descrevem e explicam a conduta, a unidade da doutrina aparece de uma forma notável” (LAGACHE, 1988, p.57).

Inserindo-se nesses debates comprometidos com os fundamentos epistemológicos da psicologia, *Maladie mentale et personnalité* seguia na esteira das críticas apontadas por Politzer e Lagache. Contudo, diferentemente das soluções apontadas nos dois projetos comentados, para Foucault, a unidade da psicologia, no âmbito da patologia mental, deveria ser afirmada pela própria estrutura da realidade humana, objeto prestado ao campo de investigação das doenças mentais. Nas suas palavras:

Não se pode admitir prontamente nem um paralelismo abstrato, nem uma unidade maciça entre os fenômenos da patologia mental e os da orgânica. É impossível transpor de uma para outra os esquemas de abstração, os critérios da mentalidade ou a definição de indivíduo doente. A patologia mental deve liberar-se de todos os postulados da “metapatologia”: a unidade assegurada por esta entre as diversas formas de doença é somente artificial; é o homem real que sustenta sua unidade de fato (FOUCAULT, 1954, p.16).

Assim, apesar de defender a tese de que a fundamentação científica da psicologia dependia de uma elucidação metodológica, o método, por sua vez, deveria se afirmar pela sua coerência com o objeto, o homem. Não se trata de um retorno à prática clínica ou ao paradigma psicanalítico; mas sim do desenvolvimento de uma metodologia definida pela estrutura mesma da personalidade humana. No âmbito desta questão, ao considerar a personalidade mórbida, Foucault define um plano de investigação que se desloca desde uma análise crítica das categorias fundamentais da nosografia da psiquiatria clássica, passando pelas teorias de Freud e pelas psicologias fenomenológicas até alcançar as análises históricas sobre as experiências de alienação no ocidente embasadas pela psicologia materialista de Pavlov. A argumentação do livro descreve um arco que se desloca dos elementos internos da personalidade até a estrutura externa da relação do homem com seu meio.

Num primeiro momento, ao tratar da psiquiatria clássica, Foucault censura o fato de que Bleuler, Kraepelin, dentre outros, terem se apropriado de categorias da patologia somática para compreender o fenômeno mental. Tal postura teria reduzido a psicopatologia a uma contradição de método que confundia a estrutura mesma do fato mental com as ocorrências do sintoma somático. Tratava-se de um gesto arbitrário: a transposição do método somático para a abordagem psiquiátrica teria sacrificado a especificidade do objeto. Nas palavras de Foucault, “entre estas duas formas de patologia [mental e somática], não há então unidade real, mas semente, e por intermediário destes dois postulados, um paralelismo abstrato” (FOUCAULT, 1954, p.8.). Logo, “a psicologia nunca pôde oferecer à psiquiatria o que a fisiologia deu à medicina: o instrumento de análise que, delimitando o distúrbio, permitisse encarar a relação funcional deste dano ao conjunto da personalidade.” (FOUCAULT, 1954, p.13)

Em comparação à nosografia clássica, a psicanálise de Freud teria contribuído para o debate tomando o drama individual de cada sujeito como plano de investigação para a compreensão da formação das doenças mentais. Assim, no lugar de uma classificação abstrata das doenças mentais, haveria na psicanálise um privilégio prestado à situação concreta do ser humano na sua experiência singular.

Investigando tal questão, Foucault irá dedicar sua atenção em dois aspectos principais: o primeiro diz respeito ao modo pelo qual a psicanálise extrai um saber positivo do homem a partir de uma análise das suas negatividades. O segundo ponto diz respeito ao fenômeno de angústia que se apresentava, para Foucault como elemento irreduzível a toda doença. A angústia representaria, no âmbito das suas análises, a passagem de uma perspectiva psicanalítica para uma análise fenomenológico existencial da doença mental.

Pode-se, então, dizer, de certo modo, que é através da angústia que a evolução psicológica transforma-se em história individual; de fato, é a angústia que unindo o passado e o presente situa-os um em relação ao outro e confere-lhes uma comunidade de sentido; a conduta patológica tinha-nos parecido ter, paradoxalmente, um conteúdo arcaico e uma inserção significativa no presente; é que o presente, prestes a suscitar a ambivalência e a angústia, provoca o jogo da proteção neurótica; mas esta angústia ameaçadora, e os mecanismos que a afastam foram há muito tempo fixados na história do sujeito (FOUCAULT, 1954, p.50).

Contudo, Foucault não deixa de censurar tanto a psicanálise quanto a fenomenologia. Enquanto a primeira havia reduzido a interpretação da formação das doenças mentais a uma estrutura teórica fundamentada numa categoria metapsicológica, a libido; a outra teria feito do fenômeno da angústia um elemento abstrato e metafísico da existência humana. Isto é, “a psicanálise acreditou poder escrever uma psicologia da criança, produzindo uma patologia do

adulto” (FOUCAULT, 1954, p.23) enquanto a fenomenologia ignorou o mundo mesmo como fenômeno primordial de onde provém a estrutura da angústia. Assim, “se esta subjetividade do insano é simultaneamente vocação e abandono no mundo, não é ao próprio mundo que seria preciso perguntar o segredo de seu status enigmático?” (FOUCAULT, 1954, p.70).

O “retorno ao mundo” na investigação do fenômeno patológico aparece aos olhos de Foucault sob dois aspectos: trata-se de compreender, primeiro, o fenômeno histórico dos processos de alienação nas suas condições materiais e, depois, a dialética deste processo no âmbito da estrutura individual do sujeito na sua relação com o meio.

Em relação à perspectiva histórica sustentada em 1954, a hipótese de Foucault é que “uma sociedade se expressa positivamente nas doenças mentais que os seus membros manifestam” (FOUCAULT, 1954, p 75). E se nossa cultura não reconhece a positividade das patologias mentais que ela exprime, isso se dava pelo fato de que ela mesma não se reconhecer nos doentes mentais que ela exclui. Daí a indagação levantada por Foucault: “como é que a nossa cultura chegou a dar a essas doenças o sentido de desvio e ao doente o *status* que o exclui? E como, apesar disso, nossa sociedade se expressa nessas formas mórbidas onde se recusa a se reconhecer?”. Assim, a alienação mental é compreendida como expressão de uma relação história que deve ser elucidada na dialética do homem com seu meio. A personalidade patológica é interpretada então como o efeito mais radical desse processo social de exclusão. Essa exclusão aparece tematizada em *Maladie mentale et personnalité* numa reflexão cronológica que vai desde os *energoumenos* dos gregos e os *mente captus* dos latinos até a questão da relação entre loucura e possessão traçada no mundo cristão.

A essência da possessão (...) consiste na união do diabo com a alma, tendo o direito de atuar como se fosse a alma da pessoa possuída. Contudo, a natureza humana limita sua ação, detém sua fúria, sua raiva e sua maldade. Assim como o raio de sol é atenuado pelo cristal e pelo meio que retém a sua força, sem impedir sua atuação (FOUCAULT, 1954, p. 78).

Apenas nos séculos XVIII e XIX a verdade da loucura teria sido enfim desvelada aos olhos da medicina. Para Foucault, nas suas análises de 1954, em 1793 Pinel teria mandado libertar os loucos dos porões da *Bicêtre*, Cabanis teria proposto a formação de um novo campo de estudos focado nas doenças “da mente” e Esquirol, dando continuidade ao projeto de Pinel, teria ampliado o campo dos tratamentos das doenças mentais. Tais eventos indicavam uma inflexão curiosa. Pois, segundo o filósofo francês, ao reconhecer o louco como sujeito privado das suas faculdades, a busca por um tratamento mais humanitário teria

conduzido o insano à sua exclusão no seio da própria sociedade. Privado da sua liberdade de escolha racional “o doente mental, no século XIX, é aquele que perdeu o uso das liberdades que lhe haviam sido conferidas pela revolução burguesa” (FOUCAULT, 1954, p.80), estando assim excluído da esfera de direitos celebrados com a *Declaração dos Direitos do Homem*.

É nesse sentido que Foucault compreende a noção de alienação mental em *Maladie mentale et personnalité*: a alienação do doente tem suas causas num fenômeno histórico no qual nossa cultura, excluindo da sociedade, teria alienado o louco dos exercícios dos direitos que determinam nossa compreensão de homem (no âmbito jurídico e civil). Nesse aspecto, a noção de alienação é interpretada de um ponto de vista genético, cuja causa estaria situada na forma como nossa cultura se relacionava com a loucura. Logo, para a pergunta “como essa sociedade se expressa, apesar de tudo, no doente que ela enuncia como um estrangeiro?” caberia a resposta: ela se expressa com a institucionalização das contradições que compõem o drama da existência do homem ocidental. Argumenta Foucault:

O exemplo do esquizofrênico é comprovatório: fala-se muito sobre a esquizofrenia contemporânea, relacionada com o universo da máquina e com desbotamento das relações afetivas diretas entre os homens. Essa relação não é falsa, sem dúvida, e também não é por acaso que o mundo patológico assuma hoje muitas vezes a forma de um mundo onde a racionalidade mecanicista exclui a alegre e contínua espontaneidade da vida afetiva. Mas seria um absurdo dizer que o homem contemporâneo mecaniza seu universo porque ele projeta um universo esquizofrênico no qual se perde, é falso também pretender que se torna esquizofrênico porque esse seria o único meio de escapar da opressão do seu mundo real. Na realidade, quando o homem permanece estranho a sua própria técnica, quando não pode reconhecer a significação humana e viva nas produções da sua atividade, quando as determinações econômicas e sociais o oprimem sem que possa encontrar a sua pátria nesse mundo, então vive um conflito no qual se faz possível a síndrome esquizofrênica; estrangeiro num mundo real, ele é devolvido a um “mundo privado” que já não pode garantir nenhuma objetividade; submetido, no entanto, à opressão daquele mundo real, ele experimenta aquele universo do qual foge, como um destino. O mundo contemporâneo torna possível a esquizofrenia, não porque suas técnicas a tornam inumano e abstrato, mas sim porque o homem faz dessas técnicas tal uso que nelas o homem mesmo já não pode mais se reconhecer. Somente o conflito real das formas de existência podem dar conta dessa estrutura paradoxal do mundo esquizofrênico (FOUCAULT, 1954, p.88-89).

O autor parece aceitar a ideia marxista de que o homem vive numa sociedade capitalista, alienado das suas condições de existência, numa forma de ser inautêntica. Retomando, por exemplo, aos *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (*Manuscritos econômicos e filosóficos*) de 1844 de Marx, encontramos no primeiro manuscrito a afirmação de que “quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho, tanto mais poderoso se torna o

mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menor ele se pertence a si próprio” (MARX, 1967, p.91). Trata-se de uma forma de alienação determinada a partir das condições materiais de produção que alienam o homem da sua própria atividade. Tanto para Foucault quanto para Marx, as relações de alienação explicitadas pela relação entre as técnicas de produção e exploração do trabalho diriam respeito ao modo pelo qual o homem, nas sociedades modernas, vive um despertencimento de si: ele já não se reconhece mais nas técnicas empregadas por ele nos meios de produção; isto é, o trabalho *o aliena*. Há uma semelhança entre as ideias desse escrito marxista e a argumentação de Foucault em 1954: este parece reconhecer na alienação do trabalho das sociedades industriais uma das condições da alienação mental, compreendida como a perda de si vivida ao modo dos esquizofrênicos.

Logo, a causa das doenças mentais estaria enraizada nas contradições mesmas dos conflitos que estruturam nossas relações sociais. Isto é, a causa da doença seria fruto dos conflitos que atravessam a dialética do homem com seu meio, marcado por uma estrutura de ordem econômica capitalista. Assim, é possível reconhecer, por exemplo, as regressões infantis psicanalíticas na sua relação com as contradições instauradas por uma moral burguesa, ou as neuroses de guerra como a expressão dos conflitos sociais decorrentes do imperialismo, ou ainda, a esquizofrenia como a contradição do homem alienado de si num meio industrial determinado por uma economia cujo motor são as próprias contradições sociais.

Não é por acaso que Freud, refletindo sobre as neuroses de guerra, descobriu como companheira da pulsão de vida, no qual se expressava o velho otimismo burguês do século XIX, uma pulsão de morte que introduziu pela primeira vez na psicologia a força do negativo. Freud queria explicar a guerra; porém foi a guerra que explicou essa virada do pensamento freudiano. O capitalismo era, naquela época, num modo bastante claro para si mesmo, a experiência de suas próprias contradições: havia de se renunciar ao velho tema da solidariedade e admitir no homem uma experiência negativa, vivida na forma do ódio e da agressão. Os psicólogos haviam dado a esta experiência o nome de ambivalência e haviam visto ali um conflito de pulsões. Na realidade, sua origem estava nas contradições das relações sociais (FOUCAULT, 1954, p.87).

A partir do argumento apresentado entendemos como Foucault compreende as doenças mentais: elas seriam a expressão daquilo que compõe a sociedade nela mesma, as contradições. As ciências psicológicas tomam por objeto o homem alienado sem reconhecerem na sua própria prática o caráter alienante do seu saber. Assim, se o que se encontra em jogo para o autor, nessa época, era a possibilidade de fundamentação de uma

psicopatologia concreta e científica, ela deveria se efetivar, então, não ao modo de uma psicanálise ou fenomenologia, mas sim como uma psicologia dos conflitos consciente da sua situação. Nas páginas finais do livro, Foucault introduz a reflexologia de Pavlov como paradigma teórico para a compreensão dos processos de alienação do homem com seu meio. Tal modelo aparece em 1954 como pano de fundo para a elaboração do projeto:

A verdadeira psicologia deve liberar-se dessas abstrações que obscurecem a verdade da doença e alienam a realidade do doente; pois quando se trata do homem, a abstração não é simplesmente um erro intelectual, a verdadeira psicologia deve desembaraçar-se desse psicologismo, se é verdade que, como toda ciência do homem, deve ter por finalidade desaliená-lo (FOUCAULT, 1954, p.110).

As contradições da psicologia e a crítica de *Historie da folie*:

O projeto de fundamentação da psicopatologia ensaiado no livro de 1954 não tornou a aparecer nas publicações posteriores de Foucault. O que podemos observar, pelo contrário, é o surgimento de um posicionamento crítico que iria delatar no campo da psicologia suas pretensões científicas bem como suas condições epistêmicas. Para ilustrar o distanciamento que marca a ruptura do projeto de 1954 com as críticas posteriores da fase arqueológica, iremos considerar brevemente os artigos de 1957 (*Larecherchescientifique et la psychologie* e *La Psychologie de 1850 à 1950*) e sua tese publicada em 1961 sob o título *Histoire de la folie*. Os textos de 1957 se situam, tanto logicamente quanto cronologicamente, no ponto médio que distancia a proposta fundacionista de 1954 da crítica arqueológica de 1961. Num movimento ambíguo, a argumentação de Foucault em 1957 segue um movimento de retorno e recuo em relação às perspectivas sobre a psicologia sustentadas anteriormente. Ao mesmo tempo em que ainda há em 1957 uma avaliação positiva sobre as relações da psicologia com os saberes científicos, Foucault não deixa de exercitar, também, uma crítica séria em relação aos seus fundamentos.

Em *La Psychologie de 1850 à 1950*, por exemplo, o autor inicia o texto retornando ao tema da dicotomia metodológica existente na psicologia. Ele alude aos problemas referentes às tentativas de apropriação metodológica do modelo das ciências naturais pela psicologia e considera o papel da fenomenologia e da psicanálise nessa história. Esses dois sistemas teóricos (fenomenologia e psicanálise) reaparecem em 1957 sob uma perspectiva positiva: Foucault elogia o privilégio de elas terem restituído ao homem o seu conjunto de significações imanentes. Segundo o autor, a estrutura do comportamento humano seria dotada de uma significação cujo sentido consistiria no objeto mesmo da pesquisa psicológica. Isto é,

o sentido seria coextensivo a toda conduta, ele indicaria o modo pelo qual um fenômeno contraditório (como um lapso de palavra, um delírio psicótico ou um sonho absurdo) traria consigo a expressão de uma significação a ser interpretada. “A consciência e o inconsciente não são tanto dois mundos justapostos; são antes, duas modalidades de uma mesma significação. (FOUCAULT, 2010a, p. 142). Contudo, se o sentido se expressa nas contradições dos comportamentos e fenômenos humanos, não seria a contradição objeto fundamental da prática da psicologia?

A psicologia se colocou como questão os problemas suscitados por essa prática: o problema do sucesso e do fracasso escolar, problema da inserção do doente na sociedade, problema da adaptação do homem à profissão. Mas estas não respondem senão aos problemas colocados pelas dificuldades da prática, seus fracassos temporários, as limitações provisórias de seu exercício. A psicologia, em contrapartida, nasce nesse ponto no qual a prática do homem encontra sua própria contradição... (FOUCAULT, 2010a, p.134).

Podemos perceber que a questão se desloca de eixo no pensamento de Foucault. Pois, se anteriormente cabia ao filósofo buscar uma unidade científica que pudesse reduzir as contradições da psicologia a uma unidade metodológica, agora em 1957, a proposta era outra: tratava-se de considerar as contradições mesmas como origem do saber e da prática psicológica.

Nem o esforço em direção de uma causalidade determinista [como queriam as psicologias de inspiração naturalista], nem a reflexão antropológica sobre a existência podem ultrapassá-las [as contradições] realmente (...)O futuro da psicologia não estaria, doravante, no levar a sério tais contradições, cuja existência, justamente, fez nascer a psicologia? (Foucault, 2010a, p. 151).

Podemos perceber que, apesar de preocupado com as condições de possibilidade da prática da psicologia, Foucault distancia-se da proposta afirmada em *Maladie mentale et personnalité*: não se trata mais de conciliar as contradições dos métodos e das prática, mas sim reconhecê-las como condição mesma da psicologia. No artigo *La recherche scientifique et la psychologie* Foucault aprofunda suas críticas. Nele o autor considera criticamente a suposta legitimidade dos diferentes “tipos” de psicologia (psicologia humanista, genética, positivista, naturalista, fenomenológica, psicanálise, etc.). Afinal, o critério de cientificidade de uma disciplina, como a química, por exemplo, diferenciava em muito do valor científico atribuído às diferentes vertentes da psicologia. Isso, segundo Foucault, se dava pelo fato de que a psicologia, logo de saída, ter de conviver com a opção de poder optar ou não pela sua própria cientificidade. Ou seja, a psicologia convivia desde seu momento inicial com um poder de escolha capaz de acusar ou não sua cientificidade. Mas o

que significava essa possibilidade de escolha? Ela diz respeito ao fato de que era dada aos estudantes de psicologia a possibilidade de escolherem entre uma psicologia científica (ao moldes das teorias comportamentais, funcionalistas e evolutivas) ou uma psicologia humanista (segundo os modelos da análise existencial, da fenomenologia, da psicanálise, etc.)

Ao denunciar essa condição peculiar pela qual a psicologia vem a se relacionar com a noção de ciência, Foucault parece indicar que, antes mesmo de fundamentar a psicologia numa unidade metodológica (tal como se afirmava no projeto de 1954), cabia agora denunciar a crítica que era possível extrair da sua própria estrutura teórica e prática. Assim, se a cientificidade da psicologia surgia de uma escolha anterior à própria realização da disciplina, o estatuto da verdade da psicologia não poderia mais ser definido em termos metodológicos, nem em pressupostos conceituais ou escolhas de objetos. Ou seja, a psicologia se diferenciava das outras ciências pela sua própria estrutura epistêmica. Noutras palavras:

O movimento pelo qual a pesquisa psicológica avança não valoriza as funções epistemológicas ou históricas do erro científico, pois não há erro científico em psicologia, existem somente ilusões. A função da pesquisa em psicologia não é, portanto, a de superar o erro, mas trazer à tona as ilusões; não o de fazer progredir a ciência restituindo o erro no elemento universal da verdade, mas de exorcizar o mito aclarando-o pela aurora de uma reflexão desmistificada (FOUCAULT, 1957, p.7).

O exemplo desse processo de desmistificação que caracteriza a relação da pesquisa da psicologia com a refutação de “ilusões”, aparece denunciado por Foucault na própria pluralidade de teorias de compunham o debate psicológico nas diferentes vertentes da época. Dessa forma teríamos, por exemplo, a ilusão da subjetividade trazida à tona pela crítica behaviorista de Watson, a mitologia da terceira pessoa denunciada na crítica de Politzer, a ilusão da qualidade e do encadeamento causal apresentada na crítica de K. Lewin, a obliteração da gênese pela estrutura e da estrutura pela gênese denunciada na crítica de Piaget, etc... Mais do que as contradições propriamente metodológicas, haveria um conjunto de ilusões que, trazidas à tona pelas teorias da psicologia, indicavam uma gama variada de determinações teóricas que qualificavam o homem num campo de disputa científica. No âmbito desta controvérsia, podemos perceber o modo como a questão desloca o seu sentido nas investigações de Foucault: não se tratava mais de buscar uma coerência metodológica na psicologia; mas sim buscar na sua história as condições de possibilidade desses discursos que procuravam, cada um à sua maneira, atribuir (e simultaneamente extrair) uma verdade do homem. Acreditamos que a inversão desta perspectiva teria possibilitado a abertura do campo problematizado em *Histoire de la folie*.

Em *Histoire de la folie*, Foucault apresenta um plano de investigação bem diferente daquele sustentado nos anos anteriores. O objeto de pesquisa não é necessariamente a psicologia, mas sim a loucura tal como ela aparece na sociedade ocidental, desde o Renascimento até a Modernidade. Contudo, apesar de essa diferença, o autor não deixa de considerar, no âmbito das suas investigações, a psicologia na sua condição histórica. Afinal, é por meio da consideração sobre os discursos de verdade sobre a loucura que algo como uma psicologia pode se desenhar na Modernidade. Na introdução, posteriormente suprimida, o autor comenta que “na reconstituição dessa experiência da loucura, uma história das condições de possibilidade da psicologia escreveu-se como que por si mesma”(FOUCAULT, 2010a, p.160). Com isso, devemos esclarecer dois pontos fundamentais: por um lado o interesse de Foucault pela psicologia deixa de ser aquele referente aos seus fundamentos científicos e passa a ser aquele referente às suas condições de possibilidades históricas; por outro lado, no desenvolvimento dessa história, o objeto “loucura” se apresenta então como tema capital, representando também fundamento para a compreensão das relações traçadas na modernidade entre homem e verdade no campo das ciências humanas. Trataremos de refletir brevemente esses dois pontos.

Publicado em 1961 como resultado da tese de doutoramento, a obra *Histoire de la folie* consiste em investigar os processos de constituição da loucura como doença mental. Sendo a patologia mental o objeto mesmo das ciências psicológicas, ao descrever a constituição dessa objetividade, Foucault se debruça, simultaneamente, sobre as condições históricas de constituição desse saber. A passagem do fenômeno da loucura (compreendida no Renascimento como experiência trágica) para a sua compreensão como patologia (pesada como o discurso de verdade arquitetado pela medicina no desdobramento do Classicismo para a Modernidade) seria, segundo o autor, tributária de um gesto histórico: a partilha tão cara à cultura ocidental entre razão e loucura. A importância desse evento consistia no fato de que, por meio dele, o homem moderno teria aprendido a dominar a loucura impondo-lhe o peso de uma verdade derivada da razão. Trata-se da domesticação da loucura pelo saber médico:

Essa grande divisão, ele [o homem] iria aprender a dominá-la, a reduzi-la ao seu próprio nível; a fazer *nele* o dia e a noite; a alinhar o sol *da verdade* e a frágil luz de *sua* verdade. O fato de ter dominado sua loucura, tê-la captado entregando-a às masmorras de seu olhar e de sua moral, tê-la desarmado empurrando-a para um canto dele próprio, autorizava o homem a estabelecer, enfim, dele próprio para ele próprio, essa espécie de relação que chamamos de “psicologia”. Foi preciso que a Loucura cessasse de ser a Noite e se tornasse sombra fugidia na consciência para que o homem pudesse pretender deter *sua* verdade e desatá-la no conhecimento. (FOUCAULT, 2010b, p.159).

A argumentação da obra divide-se em três períodos históricos, Renascimento, Classicismo e Modernidade. Em cada período podemos identificar um modo específico por meio do qual nossa cultura teria relacionado loucura e verdade, produzindo diferentes imagens cujo sentido só vem à superfície a partir do seu contorno histórico, sua situação social, suas produções subjetivas, seus discursos e jogos de verdade.

No Renascimento, segundo Foucault, não havia uma divisão tão clara entre razão e loucura. Pelo contrário, haveria antes, uma relação de cumplicidade na qual, pela íntima proximidade, uma poderia vir a ser confundida com a outra. “Toda loucura tenha sua razão que a julga e controla, e toda razão sua loucura na qual ela encontra sua verdade irrisória” (FOUCAULT, 2007, p.30). E, tal como haveria uma proximidade entre a razão e a loucura, podemos reconhecer, no contexto renascentista, nos signos mesmos da loucura, um contato do louco com a verdade trágica do mundo. Tratava-se de uma experiência indiferenciada na qual a loucura comunicaria o destino humano: participando dos jogos de similitude entre o macrocosmos e o microcosmos, o louco traria consigo um enunciação profética da verdade mais íntima da natureza, do cosmos e da existência humana. Essa epopeia estaria ilustrada nos quadros de Bosch, Brueghel, Thierry Bouts e Dûre, nas filosofias de Erasmo e Montaigne e no teatro de Shakespeare, por exemplo.

Contudo, sustenta Foucault, acontece algo durante o Classicismo que redefine o sentido da loucura na cultura europeia. Durante o período Clássico, ao invés de considerarmos o louco como porta-voz de uma verdade mística, passamos a considerá-lo como signo do erro e desvio da verdade. De que forma seria possível explicar essa ruptura?

Segundo Foucault, com o desaparecimento da lepra ao longo do século XVI, instala-se no coração dos homens um novo mal: as doenças venéreas. Os antigos espaços dos leprosários são ressignificados a partir de um novo conjunto de práticas pautadas no modelo do internamento de tal forma que a loucura, ao lado das doenças venéreas, apresenta-se como alvo dessa política de exclusão. Internada, a loucura submete-se ao longo dos séculos XVII e XVIII a um novo olhar. Ao inseri-la nos mesmos espaços destinados aos cuidados das doenças venéreas, sua existência seria revestida de uma nova significação cujo contorno se definiria pela proximidade então traçada entre loucura e doença. Surgem as condições de possibilidade históricas para a produção da noção de patologia mental.

No âmbito deste contexto, a loucura passaria a representar o erro. De um lado haveria a razão representando a retidão e o ser do pensamento e do outro a loucura, associada ao desvio e ao não-ser do pensamento. Tal distinção encontra-se ilustrada nas meditações

cartesianas, esforço no qual reconhece a impossibilidade da loucura pela existência mesma do pensando. No plano da dúvida cartesiana, loucura e pensamento passam a se excluir mutuamente, segundo Foucault, essa relação de exclusão mútua seria a estrutura da contradição por meio da qual o homem viria a pensar sua própria existência durante o período Clássico. Pensada como negatividade, a loucura surge para o homem clássico como um aprofundamento da associação da razão com a loucura numa relação de contradição.

A loucura tem uma dupla maneira de postar-se diante da razão: ela está ao mesmo tempo do outro lado e sob seu olhar. Do outro lado: a loucura é diferença imediata, negatividade pura, aquilo que se denuncia como não-se, numa evidência irrecusável; é uma ausência total de razão, que logo se percebe como tal, sobre o fundo das estruturas do razoável. Sob o olhar da razão: a loucura é individualidade singular cujas características próprias, a conduta, a linguagem, os gestos, distinguem-se uma a uma daquilo que se pode encontrar no não-louco... (FOUCAULT, 2007, p. 184).

Enquanto que, de um lado da partilha, a sociedade burguesa dos séculos XVII e XVIII celebrava a razão como condição de normalidade, do outro, evidenciava-se a loucura como signo do negativo, como imagem contrária da identidade do homem com aquilo que ele havia aprendido a reconhecer em si. Ao lado da reflexão posta em jogo e ilustrada pela filosofia de Descartes, havia ainda a prática do internamento: estrutura social da exclusão tornada possível pelo vazio deixado pela lepra no fim da Idade Média.

O internamento não se limitava apenas à figura do louco, mas se estendiam a toda sorte de indivíduo considerado transgressor à moral da sociedade burguesa então emergente: doentes venéreos, vagabundos, homossexuais, libertinos, sodomitas, etc. O internamento podia ser requisitado de múltiplas formas: através das cartas régias, da intervenção policial, intervenção familiar ou ao pedido do clero. Seja como for, Foucault argumenta que nesse primeiro momento duas novas fronteiras são traçadas: em primeiro, traça-se um parentesco entre o louco e todos outros estigmas da sociedade; em segundo, configura-se no internamento uma prática que seria simultaneamente punição e cuidado (compreendido como um exercício de moralização dos imorais). Foucault busca descrever os variados processos por meio dos quais esse espaço do internamento teria permitido, posteriormente, um reordenamento das categorias transgressoras sob um olhar patologizante. A patologização do louco seria simultânea à psicologização do homem. A experiência jurídica do internamento da loucura presta um testemunho disso: para legitimar-se o sequestro do louco dos espaços públicos, era necessário justificar sua exclusão da esfera dos direitos civis e tal justificativa encontrava sua expressão de ser no discurso jurídico mediante uma reflexão sobre o sujeito apenável, apto moralmente e responsável criminalmente. Isto é, a psicologização do homem

permitiria a exclusão da loucura no campo dos direitos que legitimaria, por sua vez, sua exclusão no campo social através do internamento compulsório.

No fim do período Clássico, as análises de Foucault mostram uma síntese curiosa entre os discursos médicos sobre a loucura, as práticas de internamento sobre o louco e o discurso jurídico sobre a alienação. Seria a partir dessa síntese que algo como uma psicologia pôde se produzir no âmbito da nossa cultura. Por um lado, o discurso médico buscava decantar todo fenômeno da loucura nas suas representações somáticas, atribuindo à insensatez um fundamento orgânico. Assim, passava-se a compreender a loucura como uma doença dos nervos. Por outro lado, o internamento produzia uma nova percepção social do louco mediante uma moralização das condutas. O discurso moral encontrava-se legitimado pela aproximação ambígua entre cuidado e punição, e institucionalizada nas casas de internamento. Entre a moralização do louco e a somatização da loucura, as práticas judiciárias e o discurso derivado do campo do Direito iriam reavaliar o status da alienação: entre a moral e o corpo, o discurso jurídico põe em causa o “psicológico”. Mediante uma interrogação sobre o sujeito responsável, o embaraço produzido pela loucura no campo jurídico iria inaugurar uma reflexão sobre o espaço moral da culpabilidade do sujeito dando os limites para a formulação de um campo propriamente psicológico, inscrito como condição indispensável para a determinação da noção de sujeito de direitos. Os laudos periciais, que determinariam ou não a inimputabilidade do sujeito, correspondiam, segundo Foucault, a uma dessas formas de psicologização. Com isso, produz-se em torno do discurso de legitimação do apenável uma prática que conjura sobre a loucura uma síntese entre juízo moral e médico. Se antes o discurso médico atribuía o caráter patológico da loucura à estrutura do corpo, a prática judiciária confecciona em torno do louco uma psicologização dessa estrutura patológica, extraindo dela suas consequências morais (institucionalizadas na esfera do Direito). A partir de então, algo como uma psicologia se torna viável (não como efetividade, mas como possibilidade). Trata-se da produção histórica de um sujeito psicológico. Todo o aspecto jurídico conjurado sobre a imagem do louco acabou por interiorizar no homem um escândalo moral que ausentava o louco das suas responsabilidades ao mesmo tempo em que submetia-o ao juízo da consciência pública.

Apesar de reconhecer nessa história as condições para o aparecimento de uma forma de saber tal como a psicologia, Foucault afirma que apenas na Modernidade um saber psicológico se efetiva de fato. A justaposição entre discursos, práticas e percepções emerge senão como expressão de um movimento complexo que tinha por efeito a objetivação do

homem. Ao falar de objetivação, Foucault se refere principalmente ao movimento histórico que teria tornado possível afirmar o homem como objeto científico, tal como ocorrem nas ciências humanas. A psiquiatria seria uma das suas formas mais primitivas surgida na Modernidade.

Segundo Foucault, ao longo do século XVIII houve um reordenamento do espaço e das casas de internamento, motivadas principalmente por transformações políticas e econômicas. Como efeito dessa reorganização do interior do internamento, o louco teria sido separado das outras categorias internadas (como os doentes, os homossexuais, os sodomitas, etc.) especificando-se como objeto individualizado de um olhar. A constituição da loucura como doença mental corresponder à justaposição da verdade médico a esse olhar produzido no âmbito do internamento: surge o asilo como síntese entre a produção de verdade e percepção diferenciada da loucura. É nesse momento que Foucault apresenta uma das suas teses centrais: se a concepção da loucura havia se afirmado anteriormente, no período Clássico, como oposição de termos numa estrutura binária dada entre o ser e o não-ser, agora na Modernidade, com a interiorização de uma consciência moral, com objetivação do saber médico, a loucura seria realocada para a intimidade da subjetividade humana. “Essa estrutura antropológica de três termos – o homem, sua loucura e sua verdade – substitui a estrutura binária da desrazão clássica (verdade e erro, mundo e fantasia, ser e não-ser, Dia e Noite)” (FOUCAULT, 2007, p.541). A constituição dessa subjetividade psicológica seria, por um lado, condição de possibilidade para o surgimento da psicologia; mas, por outro, ela seria também o efeito das experiências em relação à loucura levadas a cabo pelo homem ocidental ao longo do período Clássico. A constituição de uma reflexão moral, a prática de internamento, a identificação da loucura no corpo e o escândalo da consciência jurídica com a loucura seriam todas elas formas dessa experiência de contradição do homem consigo mesmo mediante a loucura. Se anteriormente essa contradição era posta a partir de uma oposição binária, na modernidade ela emerge como dialética interiorizada. E a psicologia do século XIX, nas suas formas iniciais, seria senão um aprofundamento dessa experiência pacientemente gerida ao longo dos séculos XVII e XVIII: da mesma forma que a loucura era pensada no período Clássico a partir da oposição de termos contraditórios (como o Dia e Noite), a psicologia da Modernidade irá pensar um saber positivo do homem a partir da sua contradição com o negativo do homem. Isto é, argumenta Foucault:

Estamos aqui no extremo oposto da experiência clássica. A loucura, que era apenas o contato instantâneo do não-ser do erro com o nada da imagem, conservava sempre uma dimensão pela qual ela escapava à apreensão

objetiva... Agora, pelo contrário, é através da loucura que o homem, mesmo em sua razão, poderá tornar-se verdade concreta e objetiva a seus próprio olhos. *Dohomem ao homem verdadeiro*, o caminho passa pelo *homem louco*. (...) O paradoxo da psicologia “positiva” do século XIX é o de só ter sido possível a partir do momento da negatividade: psicologia da personalidade por uma análise do desdobramento, psicologia da memória pela amnésias, da linguagem pelas afasias, da inteligência pela debilidade mental. A verdade do homem só é dita no momento de seu desaparecimento; ela só se manifesta quando já se tornou outra coisa que não ela mesma.(FOUCAULT, 2007, p.518)

Em *Histoire de la folie* o aspecto da negatividade, como condição de emergência para o desenvolvimento dos saberes psicológicos, irá assumir um relevo mais complexo, diferente daqueles afirmados em 1957 e 1954. As experiências da loucura descritas no período Clássico (e pensadas como experiências de contradição) constituem o solo histórico por meio do qual teria sido possível identificar no louco a busca por uma objetivação da verdade do homem pela psiquiatria na Modernidade. Ao apartar a imagem do louco de si, nossa cultura teria, por meio da psiquiatria, interiorizado este *outro* do homem na condição mesma de objetivação de um saber sobre o homem. Eis a experiência de contradição de onde deriva historicamente a psicologia: o homem se presta ao conhecimento como objeto no momento mesmo em que se aprofunda nas suas contradições. “É essencial para a possibilidade de uma ciência positiva do homem que exista, do lado mais recuado, esta área da loucura na qual e a partir da qual a existência humana cai na objetividade” (FOUCAULT, 2007, p.457).

Dessa maneira podemos compreender de forma mais clara o empreendimento foucaultiano de 1961. Mais do que buscar na história as diversas interpretações sobre o fenômeno da loucura (tal como aparecera em 1954 com as investigações sobre *energoumenos*, *mente captuse possuídos* até a *alienação* pensada como a verdade da loucura enfim decantada e purificada pelo discurso médico), Foucault buscou compreender os processos históricos de constituição desse sujeito psicológico, categoria complexa que emerge como o efeito de uma série de processos que se inscrevem no horizonte que traça a moldura mesma de *Historie de la folie*.

Comparando os projetos de 1954 e 1961, percebemos uma diferença fundamental entre as considerações históricas: enquanto *Maladie mentale et personnalité* compreende a loucura como fenômeno patológico - que teria sido enfim descoberto pela medicina no século XIX - *Historie de la folie*, por sua vez, busca compreender o processo de constituição disso que hoje se apresenta como objeto e domínio do saber psicológico. Nesse aspecto, a hipótese de Foucault em 1961 é categórica: não haveria na história um objeto “loucura” que teria

esperado a ordem da liberação médica para então ser desvelada como doença mental; há, antes, uma produção da loucura enquanto objeto patológico. Nas suas palavras:

Em nossa ingenuidade, imaginamos talvez ter descrito um tipo psicológico, o louco, através de cento e cinquenta anos de sua história. Somos obrigados a constatar que, ao fazer a história do louco, o que fizemos foi - não, sem dúvida, ao nível de uma crônica das descobertas ou de uma história das ideias, mas seguindo o encadeamento das estruturas fundamentais da experiência - a história daquilo que tornou possível o próprio aparecimento de uma psicologia. (FOUCAULT, 2007, p. 522)

Considerações finais

Ao longo do texto buscamos percorrer um domínio que ia desde o primeiro livro publicado por Michel Foucault até sua tese de doutoramento, apresentada em 1961 sob o título *Historie de la folie*. Se num primeiro momento, a preocupação de Foucault com a psicologia se afirmava em termos epistemológicos, comprometidos com a possibilidade de conciliação metodológica da psicopatologia e unificação científica da psicologia, pudemos notar que, posteriormente, suas ambições se convertem numa perspectiva crítica.

A passagem que marca a ruptura entre o projeto de 1954 e as críticas de 1961 pôde ser esclarecida a partir de alguns aspectos que buscamos elucidar ao longo do texto: por um lado, as contradições inicialmente identificadas no âmbito metodológico da psicopatologia, converteram-se em 1957 em diagnóstico crítico das condições de existência da psicologia. Se anteriormente, em *Maladie mentale et personnalité*, Foucault havia se comprometido em unificar a psicologia a partir de uma abordagem metodológica; depois em 1957 as contradições deixavam de ser encaradas como um problema para serem reconhecidas como condições do saber psicológico. Nesse aspecto, o empreendimento de *Historie de la folie* apresenta-se como uma densa investigação histórica sobre as experiências que teriam tornado possível essa forma de saber eminentemente contraditória (a psicologia). Notamos assim, um deslocamento que vai das condições metodológicas da psicologia para suas condições históricas de possibilidade. E, se no âmbito dessa investigação, Foucault vai da psicologia para uma história da loucura, isso se dava pelo fato de que a loucura seria ela mesma, enquanto experiência contraditória do homem consigo mesmo, as condições de possibilidade de toda psicologia. Daí a questão posta em termos anteriores à qualquer possibilidade de conciliação científica: não se trata mais de justificar ou fundamentar a psicologia; mas sim de compreendê-la na sua constituição histórica como forma de objetivação da verdade moderna. “Uma vez que só pode falar a linguagem da alienação, a psicologia portanto só é possível na crítica do homem ou na crítica de si mesma” (FOUCAULT, 2007, p.522).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, M. *Maladie mentale et personnalité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1954.

_____. A Psicologia de 1850 a 1950. Trad. de Vera Lucia Ribeiro. In: *Ditos e escritos I: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: 2010a. p. 133-151.

_____. A pesquisa científica e a psicologia. Trad. de Marcio Luiz Miotto pp. 173-201. In: *Nouvelle Recherche*, no 13, 1957. Disponível em: – www.filoesco.unb.br/foucault

_____. *História da Loucura*. Trad. de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

_____. Prefácio (folie et déraison). Trad. de Vera Lucia Ribeiro. In: *Ditos e escritos I: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: 2010e, P. 152-161.

LAGACHE, D. *A unidade da Psicologia*. Trad. de Clara Felgueiras. Lisboa: Edições 70, 1988.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. *O conceito marxista do homem*. Trad. de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

POLITZER, G. *Crítica dos fundamentos da Psicologia*. Editora UNIMEP, 1998.